

TRANSTORNO PEDOFÍLICO: UM ESTUDO CRIMINOLÓGICO SOBRE A PEDOFILIA

Nicolý Aguiar Perrone¹
Mara Socorro Ferreira da Silva de Carvalho²
Klissia de Araújo Rebouças³
Marcelo Augusto Rebouças Leite⁴

RESUMO: O presente artigo trata sobre os aspectos do transtorno pedofílico e os estudos da criminologia deste perfil, o transtorno pedofílico consiste no desejo inato do autor em contrair relações afetivas e sexuais com menores de 18 anos, em geral, crianças, o que acaba sendo conhecido por pedofilia, muitas vezes confundido com crime. Tem-se por objetivo geral realizar um estudo criminológico sobre o transtorno pedofílico, investigando suas características psicológicas e comportamentais, e compreender como essa relação pode ajudar na prevenção do crime de pedofilia, e por específicos a) analisar os aspectos psicológicos, sociais e comportamentais associados ao transtorno pedofílico; b) investigar como funciona a mente do pedófilo e entender a relação com crimes; c) compreender a diferença entre o transtorno pedofílico e o crime de pedofilia, diferenciando os conceitos de atração e ação criminosa; d) averiguar como as redes sociais e influenciadores digitais induzem a sexualização infantil e a normalização do desejo e fantasia envolvendo petizes; e, e) propor soluções preventivas e terapêuticas com intuito de reabilitar os indivíduos diagnosticados. A metodologia de pesquisa empregada foi pautada por uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com pesquisa documental, revisão bibliográfica e análises psicológicas e médicas.

3869

Palavras-chave: Transtorno Pedofílico. Parafilia. Abuso Sexual Infantil. Crianças e Adolescentes. Prevenção. Estatuto da Criança e do Adolescente. Legislação Penal Brasileira.

INTRODUÇÃO

A pedofilia, especialmente em sua manifestação clínica como transtorno pedofílico, tem se tornado um tema cada vez mais urgente no debate acadêmico e social, especialmente diante da crescente exposição midiática de casos de abuso sexual infantil e da normalização preocupante do discurso pedófilo em determinados contextos virtuais.

A escolha por abordar esse fenômeno se justifica pela sua complexidade e impacto devastador na vida de crianças e adolescentes, além do desafio que representa para os campos da criminologia, psicologia, direito e políticas públicas. Casos como os abusos ocorridos em

¹Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

²Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

³Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

⁴Advogado, especialista em docência do ensino superior e professor do curso de direito do Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

redes de entretenimento infantil, a exemplo da Nickelodeon e Disney, bem como a exploração midiática do homicídio de JonBenét Ramsey, demonstram a necessidade de um olhar investigativo aprofundado sobre as origens, características e repercussões do transtorno pedofílico, tanto em sua dimensão individual quanto social.

A problemática que sustenta este estudo parte da dificuldade de se distinguir, no imaginário jurídico e social, o transtorno pedofílico — caracterizado por impulsos e fantasias sexuais persistentes envolvendo crianças — do crime efetivamente cometido, o abuso sexual infantil. Tal confusão não apenas contribui para o estigma de indivíduos que buscam tratamento sem jamais terem cometido crimes, como também prejudica estratégias preventivas mais eficazes. Soma-se a isso o desafio imposto pelo ambiente digital, onde o anonimato e a proliferação de conteúdos sexualizantes de menores ampliam os riscos e dificultam o controle institucional e legal.

Posto isto, esbarro em um questionamento que trago para este estudo: de que forma o funcionamento da mente do pedófilo pode ser compreendida e como uma investigação aprofundada em indivíduos com traços do transtorno pedofílico pode contribuir para a prevenção de crimes?

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo criminológico do transtorno pedofílico, investigando suas características psicológicas, comportamentais e sociais, e compreender como essa análise pode contribuir para a prevenção de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: (i) analisar os aspectos psicológicos, sociais e comportamentais associados ao transtorno pedofílico; (ii) investigar como funciona a mente do pedófilo e entender a relação com crimes; (iii) compreender a diferença entre o transtorno pedofílico e o crime de pedofilia, diferenciando os conceitos de atração e ação criminosa; (iv) averiguar como as redes sociais e influenciadores digitais induzem a sexualização infantil e a normalização do desejo e fantasia envolvendo petizes; e, por fim, (v) propor soluções preventivas e terapêuticas com intuito de reabilitar os indivíduos diagnosticados.

A metodologia adotada neste estudo é qualitativa e interdisciplinar, ancorada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos, sendo utilizadas obras referenciais como *Pedophilia and Sexual Offending Against Children* e estudos neurocientíficos como os de Schiffer e Cantor, além de relatórios institucionais de organizações como SaferNet Brasil e Unicef.

Também foram analisadas representações culturais em documentários e filmes que tratam da temática, com destaque para *The Woodsman* e *Casting JonBenét*, a fim de compreender o impacto social e emocional das narrativas construídas em torno da pedofilia.

A conjuntura de fontes e a análise crítica dos dados permitiram a construção de uma visão abrangente, ética e fundamentada do tema, com o objetivo de contribuir para políticas públicas mais eficazes e uma atuação institucional mais sensível e preventiva.

No primeiro tópico é abordado definição clínica e histórica da pedofilia, reconhecida como transtorno mental pelo DSM-5, e que nem sempre está vinculada à prática de crimes, ainda que possa implicar riscos significativos à coletividade. A análise percorre sua origem multifatorial, considerando aspectos neurobiológicos, psicológicos e socioculturais, além da influência histórica de contextos que, em certas épocas, normalizaram relações entre adultos e crianças. A compreensão dessas raízes ajuda a contextualizar as diferentes formas pelas quais o fenômeno se manifesta.

No subtópico 2.1, a pesquisa aborda a pedofilia como uma das parafilias mais graves, ressaltando seu alto grau de reprovação social e os impactos severos às vítimas, e partir disso, o estudo explora como fatores como traumas infantis e disfunções cerebrais podem contribuir para o desenvolvimento do transtorno, destacando a necessidade de uma análise diferenciada entre atração e conduta, o que se mostra essencial para a construção de políticas públicas e estratégias clínicas eficazes.

No tópico e subtópico três da investigação é dedicada ao funcionamento psicológico e neurológico do transtorno pedofílico, com evidências científicas indicando alterações significativas em estruturas cerebrais como o córtex orbitofrontal, amígdala e substância branca, responsáveis por impulsos, tomada de decisão e empatia, sendo fundamentais para embasar abordagens terapêuticas e evitar julgamentos morais simplistas que dificultem o acesso ao tratamento e à prevenção.

O quarto tópico amplia a discussão para os aspectos sociais, psicológicos e médicos que envolvem o transtorno pedofílico, onde são analisadas as consequências do estigma, a vulnerabilidade das vítimas e as dificuldades de diagnóstico e intervenção precoce. Destaca-se, também, a importância de integrar práticas psicoterapêuticas com suporte farmacológico, como o uso de inibidores seletivos de recaptção de serotonina (ISRS), voltados à redução da libido e ao controle dos impulsos sexuais.

Por fim, o último tópico, quinto, apresenta uma reflexão sobre a influência midiática e o papel das redes sociais na difusão, romantização e combate ao discurso pedófilo. Casos emblemáticos revelam não apenas a gravidade da exploração infantil em ambientes midiáticos e digitais, mas também a omissão de grandes corporações em regular práticas abusivas. Documentos e investigações recentes apontam que a internet tem sido um campo fértil para crimes contra crianças, sendo essencial investir em educação digital, políticas de responsabilização das plataformas e ações coordenadas de fiscalização e proteção.

2 Definição e Contexto Histórico da Pedofilia

A pedofilia é um tema de grande complexidade, sendo amplamente discutido nos campos da psicologia, criminologia e direito, pois trata-se de uma condição caracterizada por fantasias, impulsos ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos envolvendo crianças geralmente pré-púberes. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a pedofilia é classificada como um transtorno mental, especialmente quando causa sofrimento significativo ao indivíduo ou quando ele age conforme esses impulsos, colocando outras pessoas em risco (American Psychiatric Association, 2014).

Do ponto de vista clínico, a pedofilia não implica necessariamente em comportamentos criminosos, e estudos mostram que existem indivíduos que, mesmo diagnosticados com o transtorno, não cometem atos ilícitos, enquanto outros o fazem em contextos de abuso sexual infantil. Michael Seto, em seu livro *Pedophilia and Sexual Offending Against Children*, destaca que compreender a mente do pedófilo é essencial para formular estratégias de prevenção e tratamento. Ele enfatiza que, apesar de não haver uma cura definitiva, abordagens terapêuticas podem ajudar a controlar os impulsos e reduzir os riscos associados (Seto, 2021).

As origens da pedofilia são multifatoriais e envolvem uma combinação biológica, psicológica e social, tendo pesquisas indicando que anomalias neurobiológicas, traumas de infância e predisposições genéticas podem contribuir para o desenvolvimento do transtorno. David Finkelhor, em suas investigações, ressalta que crianças que sofreram abusos ou negligência têm maior probabilidade de desenvolver padrões comportamentais que incluem parafilias na vida adulta. Além disso, fatores culturais e históricos também desempenham um papel relevante, como mostra o autor Jonathan Katz, no livro *A História do Sexo e da Sexualidade*, que aponta como as relações entre adultos e crianças eram aceitas em algumas

sociedades antigas, como na Grécia Antiga, evidenciando que as normas sociais influenciam a percepção sobre o tema (Katz, 2014).

O impacto da pedofilia na sociedade moderna vai além da esfera clínica e individual, abrangendo também questões legais e sociais, como no Brasil, a legislação é severa ao lidar com crimes relacionados à exploração sexual infantil. O Código Penal Brasileiro tipifica o estupro de vulnerável no artigo 217-A, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça a proteção aos menores contra diversas formas de violência. A Lei 13.344/2016, por sua vez, trata do tráfico de pessoas e aborda diretamente questões de abuso sexual, incluindo crianças e adolescentes como grupos vulneráveis. Contudo, mesmo com legislações robustas, casos emblemáticos demonstram falhas no sistema. O caso de Marc Dutroux, na Bélgica, é um exemplo marcante de como a negligência das autoridades pode agravar crimes sexuais envolvendo menores, reforçando a necessidade de investigações mais eficazes e coordenadas (Safernet Brasil, 2023).

O tema da pedofilia também é amplamente explorado na mídia, ajudando a conscientizar a sociedade sobre sua gravidade. O filme *Spotlight* (2015) narra a investigação jornalística que expôs abusos sexuais cometidos por membros do clero da Igreja Católica, revelando como as instituições podem, muitas vezes, encobrir crimes e proteger os abusadores. Da mesma forma, o documentário *Leaving Neverland* (2019) aborda as acusações contra o cantor Michael Jackson, explorando os efeitos devastadores que o abuso pode ter nas vítimas e suas famílias. Essas representações destacam o impacto emocional e psicológico de tais crimes, além de expor a dificuldade de responsabilizar os autores.

3873

Em síntese, a pedofilia é um fenômeno que transcende barreiras disciplinares e exige uma abordagem integrada para sua compreensão e enfrentamento. A análise de suas raízes biológicas e culturais, somada à aplicação rigorosa de leis e políticas públicas, é indispensável para combater esse problema e proteger os mais vulneráveis da sociedade. A conscientização, a educação e a prevenção são as ferramentas mais eficazes para enfrentar esse desafio, garantindo que crianças e adolescentes tenham seus direitos preservados e vivam em segurança.

2.1 Parafilia

A parafilia é definida como um padrão de interesse sexual intenso e persistente que se desvia das práticas consideradas normativas ou culturalmente aceitas.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), parafilias podem envolver fantasias, impulsos ou comportamentos relacionados a objetos inanimados, sofrimento ou humilhação de si ou de outros, ou ainda a pessoas que não consentem ou não têm a capacidade de consentir (American Psychiatric Association, 2014). Embora a presença de parafilias por si só não seja necessariamente patológica, elas podem se tornar um transtorno quando causam sofrimento significativo ao indivíduo ou a terceiros, ou quando resultam em comportamentos prejudiciais.

Entre as parafilias mais conhecidas está a pedofilia, sendo essa condição amplamente considerada uma das formas mais graves de parafilia, devido à vulnerabilidade das vítimas e aos impactos devastadores que pode causar. Helen Gavin, em seu livro *Criminological and Forensic Psychology*, explica que, enquanto algumas parafilias podem ser inofensivas quando limitadas a consensos entre adultos, a pedofilia invariavelmente envolve uma violação de direitos e danos severos às vítimas (Gavin, 2020).

A compreensão da pedofilia como uma parafilia exige uma análise de suas possíveis origens, onde os estudos neurobiológicos sugerem que a pedofilia pode estar associada a disfunções em áreas do cérebro relacionadas ao controle de impulsos e à regulação emocional. Martin Kafka, em *The Paraphilias: Changing Suits in the DSM-5*, aponta que fatores como traumas infantis e experiências adversas na infância também podem influenciar o desenvolvimento de parafilias, incluindo a pedofilia (Kafka, 2014).

3874

Essa visão é corroborada por investigações como a de Ryan e Lane (2018), que destacam a importância de intervenções precoces em contextos de negligência e abuso para prevenir o desenvolvimento de transtornos comportamentais relacionados.

Historicamente, a tolerância ou condenação de práticas parafilicas, incluindo a pedofilia, variou conforme o contexto sociocultural, e estudos de Georges Duby sobre a sexualidade na Idade Média mostram práticas envolvendo menores eram socialmente aceitas em algumas épocas, especialmente em casamentos arranjados. No entanto, com o avanço dos direitos humanos e o fortalecimento da proteção infantil no século XX, essas práticas passaram a ser amplamente condenadas, e a pedofilia foi reconhecida como uma condição patológica

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 217-A, classifica o estupro de vulnerável como crime hediondo, com penas severas para os infratores e adicionalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece medidas de proteção para menores, criminalizando a exploração sexual e a produção de conteúdo pornográfico envolvendo crianças. Casos como o

de Armin Meiwes, conhecido como o "Canibal de Rotemburgo", que também apresentava parafilias extremas, ilustram como comportamentos parafilícos podem transcender o indivíduo e representar riscos à sociedade (Hartman, 2016).

A relação entre parafilia e pedofilia é amplamente explorada em produções cinematográficas e documentários, como no filme *The Woodsman* (2004) aborda a luta interna de um pedófilo em controlar seus impulsos após ser libertado da prisão, apresentando uma visão complexa e humanizada do transtorno. Já o documentário *Tell Me Who I Am* (2019), disponível na Netflix, aborda os traumas causados pelo abuso sexual infantil, destacando o impacto emocional duradouro nas vítimas.

Em síntese, a pedofilia é uma das manifestações mais preocupantes das parafilias, devido ao seu impacto devastador na vida das vítimas e ao alto grau de reprovação social e legal. A compreensão de suas origens, associada a estratégias de prevenção e tratamento, é fundamental para proteger indivíduos vulneráveis e promover uma sociedade mais segura. A análise interdisciplinar que combina psicologia, criminologia e direito é essencial para enfrentar esse fenômeno complexo.

3 Transtorno Pedofílico: Funcionamento e Implicações

3875

O transtorno pedofílico é uma condição clínica de grande complexidade, amplamente discutida nos campos da psicologia, criminologia e direito, sendo classificado como uma parafilia no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), ele é caracterizado por fantasias, impulsos ou comportamentos sexuais intensos e recorrentes envolvendo crianças. Para que o diagnóstico seja realizado, esses sintomas devem persistir por pelo menos seis meses e causar sofrimento significativo ao indivíduo ou risco de danos a terceiros.

A compreensão do transtorno pedofílico requer uma análise aprofundada, pois é essencial diferenciá-lo do comportamento criminoso propriamente dito. O transtorno refere-se a uma condição psicológica diagnosticada, enquanto o abuso sexual infantil, embora frequentemente associado ao transtorno, é um crime que envolve a exploração de menores. Segundo Michael Seto, em *Pedophilia and Sexual Offending Against Children*, muitos abusadores de crianças não apresentam os critérios clínicos para transtorno pedofílico, mas atuam por outras motivações, como poder ou oportunidade (Seto, 2021). Essa distinção é crucial para formular intervenções eficazes e políticas públicas adequadas.

O transtorno pedofílico é frequentemente associado a alterações neurológicas, tendo como estudos de Blanchard et al. (2009) indica que indivíduos diagnosticados apresentam diferenças significativas em áreas cerebrais relacionadas à regulação emocional e ao controle de impulsos. Essas descobertas reforçam a ideia de que o transtorno não é apenas um desvio moral, mas uma condição com raízes biológicas. Além disso, Martin Kafka, em *The Paraphilias: Changing Suits in the DSM-5*, aponta que experiências traumáticas na infância, como abuso ou negligência, podem contribuir para o desenvolvimento do transtorno, criando um ciclo de violência intergeracional (Kafka, 2014).

A distinção entre transtorno pedofílico e pedofilia como comportamento criminoso é fundamental para evitar estigmatizações desnecessárias, muito embora o transtorno esteja associado à atração sexual por crianças, nem todos os diagnosticados cometem crimes. Helen Gavin, em *Criminological and Forensic Psychology*, reforçou a importância dessa diferenciação, afirmando que o tratamento e a reabilitação devem focar em reduzir os riscos à sociedade sem perder de vista os direitos humanos dos indivíduos diagnosticados (Gavin, 2020).

As consequências do transtorno pedofílico e de seus atos associados são devastadoras, e casos como o de Marc Dutroux, na Bélgica, evidenciam o impacto social e psicológico de crimes sexuais envolvendo menores. Dutroux foi responsável por uma série de sequestros, abusos e homicídios de crianças, e sua captura revelou falhas no sistema de justiça belga, culminando em reformas legislativas significativas (Hartman, 2016).

Os impactos psicológicos do abuso sexual infantil também são amplamente documentados, como mostra David Finkelhor, em *Childhood Victimization*, onde é destacado que vítimas de abuso frequentemente apresentam transtornos de ansiedade, depressão e dificuldades interpessoais ao longo da vida (Finkelhor, 2008), sendo de extrema importância destacar que esses efeitos são exacerbados quando a violência é cometida por alguém próximo, o que é comum em casos de pedofilia.

A prevenção e o tratamento do transtorno pedofílico exigem uma abordagem interdisciplinar como intervenções precoces em programas de apoio a famílias disfuncionais e terapia para crianças vítimas de abuso, são essenciais para reduzir os fatores de risco. Além disso, terapias comportamentais e medicamentos que diminuem a libido, como os inibidores seletivos de recaptção de serotonina (ISRS), têm se mostrado eficazes em alguns casos (Seto,

2021), contudo, a eficácia desses tratamentos depende de sua aceitação por parte do paciente e do acompanhamento constante.

No âmbito jurídico, a proteção das vítimas deve ser a prioridade, tendo em vista que havendo a conscientização pública e o fortalecimento das instituições são ferramentas fundamentais para prevenir o abuso e promover a segurança infantil. Organizações como a SaferNet Brasil têm desempenhado um papel importante na denúncia de crimes cibernéticos contra crianças e na educação da sociedade sobre os perigos da exploração sexual online (Safernet Brasil, 2023).

Sendo assim, o transtorno pedofílico é uma condição complexa que demanda uma abordagem integrada, envolvendo psicologia, criminologia e direito.

Sua distinção em relação ao comportamento criminoso é essencial para evitar julgamentos simplistas e promover políticas públicas eficazes, e a compreensão de suas raízes biológicas e culturais, aliada a intervenções preventivas e tratamentos adequados, é crucial para mitigar seus impactos e proteger os mais vulneráveis da sociedade.

3.1 Mudanças Cerebrais Decorrentes da Pedofilia

A mente do pedófilo tem sido objeto de crescente investigação científica, especialmente no campo das neurociências, onde se busca compreender as alterações cerebrais que podem estar associadas ao transtorno pedofílico.

Estudos recentes apontam que o transtorno pedofílico pode ter origens biológicas, incluindo alterações estruturais e funcionais em áreas específicas do cérebro, sugerindo que a condição não se limita somente a fatores psicológicos ou culturais.

Pesquisas neurocientíficas indicam que mudanças em regiões do cérebro associadas à regulação emocional, ao controle de impulsos e à empatia podem estar relacionadas ao transtorno pedofílico. Um estudo conduzido por Schiffer et al. (2007) utilizou técnicas de ressonância magnética funcional (fMRI) para analisar os cérebros de pedófilos condenados e identificou anormalidades em áreas como o córtex orbitofrontal (COF) e a amígdala. Essas regiões estão envolvidas no processamento emocional e na tomada de decisões morais, sugerindo que déficits nessas áreas podem contribuir para comportamentos desviantes (Schiffer et al., 2007).

Ainda, Schiffer identificou alterações no giro fusiforme e no córtex insular, regiões que desempenham papéis cruciais na interpretação de estímulos sexuais e na resposta emocional.

Outra investigação neurocientífica relevante é a de Cantor et al. (2008), que observou uma redução no volume da substância branca em indivíduos com transtorno pedofílico, sendo essa substância responsável pela comunicação entre diferentes regiões do cérebro, e anomalias nessa estrutura podem prejudicar a capacidade de controlar impulsos ou interpretar adequadamente os estímulos sexuais.

Esses achados reforçam a hipótese de que o transtorno pedofílico pode ter uma base neurológica que, combinada a fatores ambientais e psicológicos, contribui para o desenvolvimento da condição.

Além das alterações estruturais, estudos também apontam para diferenças funcionais na atividade cerebral. Uma investigação conduzida por Poepl et al. demonstrou que pedófilos apresentam padrões de ativação anormais em áreas do cérebro relacionadas à excitação sexual, como o giro fusiforme e o córtex insular. Esses resultados sugerem que a percepção e a interpretação de estímulos sexuais podem ser alteradas nesses indivíduos, levando à fixação em crianças como objetos de desejo sexual (Poepl et al., 2013).

Do ponto de vista psicológico, essas alterações cerebrais tem uma porcentagem grande na influência dos comportamentos, impulsos e a capacidade de tomada de decisão. Martin Kafka, em *The Paraphilias: Changing Suits in the DSM-5*, argumenta que a compreensão dessas mudanças neurológicas é crucial para o desenvolvimento de tratamentos eficazes, incluindo intervenções farmacológicas e terapias comportamentais, entretanto, há um debate ético significativo sobre como abordar indivíduos diagnosticados com transtorno pedofílico que não cometeram crimes, mas que buscam ajuda para controlar seus impulsos. (Kafka, 2014).

A mídia também tem explorado o tema das alterações cerebrais em pedófilos, trazendo à tona discussões sobre responsabilidade criminal e reabilitação, como o documentário canadense *I, Pedophile* (2016) que investiga as experiências de indivíduos que reconhecem sua condição e buscam apoio terapêutico, enquanto lidam com o estigma social. A obra aborda a complexidade de tratar o transtorno pedofílico como uma condição médica, em vez de reduzir a questão a um problema moral ou legal.

Também há filmes como *The Woodsman* (2004) que exploram a luta interna de indivíduos que tentam controlar seus impulsos, destacando os desafios psicológicos e sociais que enfrentam.

Casos reais também ajudam a ilustrar a relação entre alterações cerebrais e comportamentos pedofílicos. Um exemplo amplamente discutido é o de um homem que

desenvolveu atração sexual por crianças após o crescimento de um tumor cerebral. Após a remoção do tumor, os impulsos desapareceram, sugerindo uma ligação direta entre anomalias cerebrais e comportamentos desviantes (Burns & Swerdlow, 2003).

Esse caso reforça a importância de entender a neurobiologia do transtorno pedofílico para diferenciar entre fatores orgânicos e escolhas conscientes.

Embora a ciência avance na compreensão das mudanças cerebrais na mente do pedófilo, o tema permanece controverso, pois um lado da moeda há um reconhecimento internacional crescente de que o transtorno pedofílico é uma condição médica que exige tratamento e suporte adequados. Por outro, a sociedade enfrenta o grande desafio de proteger as vítimas e responsabilizar criminalmente aqueles que agem conforme seus impulsos, sendo a legislação brasileira clara em relação à punição de crimes sexuais contra crianças, independentemente de fatores neurológicos que possam estar envolvidos.

4 Aspectos Sociais, Psicológicos e Médicos

Os aspectos sociais relacionados ao transtorno pedofílico revelam desafios na identificação, prevenção e combate ao abuso sexual infantil. A pedofilia é amplamente condenada por sociedades contemporâneas devido ao impacto devastador que ela pode causar às vítimas, especialmente crianças vulneráveis, pois além de gerar transtornos psicológicos graves, como depressão, ansiedade e dificuldades interpessoais ao longo da vida, impactam diretamente na construção da identidade das vítimas.

3879

Culturalmente, o transtorno pedofílico é estigmatizado, o que dificulta a busca de tratamento por parte dos indivíduos diagnosticados. Michael Seto, em *Pedophilia and Sexual Offending Against Children*, ressalta que muitos pedófilos vivem em isolamento social e sofrem com estigmatização severa, o que pode agravar a condição e aumentar os riscos de comportamentos ofensivos (Setó, 2021).

A sociedade enfrenta o dilema de como abordar o transtorno de maneira ética, equilibrando a proteção das vítimas com o respeito aos direitos humanos dos diagnosticados.

Ainda, estudos indicam que traumas na infância, como abuso sexual ou negligência, estão entre os principais fatores de risco para o desenvolvimento da pedofilia. Segundo Martin Kafka, em *The Paraphilias: Changing Suits in the DSM-5*, indivíduos com transtorno pedofílico frequentemente apresentam baixa autoestima, dificuldades em estabelecer relações

interpessoais saudáveis e um histórico de experiências adversas durante a infância (Kafka, 2014).

A abordagem médica do transtorno pedofílico inclui terapias farmacológicas e comportamentais, utilizando ainda de medicamentos como inibidores seletivos de recaptção de serotonina (ISRS) que têm sido utilizados para reduzir os impulsos sexuais em indivíduos diagnosticados, enquanto terapias cognitivo-comportamentais ajudam os pacientes a identificar e gerenciar padrões de pensamento desviantes, tendo em vista que a combinação de tratamento médico e psicológico é essencial para minimizar os riscos associados ao transtorno e oferecer suporte aos indivíduos diagnosticados (Poeppl et al., 2013).

5 Casos Midiáticos e a Influência das Redes Sociais

Com a popularização das plataformas digitais, as oportunidades para criminosos explorarem crianças aumentaram exponencialmente, enquanto as vítimas enfrentam desafios significativos na busca por justiça e recuperação. Casos emblemáticos, como o homicídio de JonBenét Ramsey e os abusos de crianças vinculadas a redes como Nickelodeon e Disney, destacam a gravidade do tema e a necessidade de ações coordenadas para enfrentá-lo.

JonBenét Ramsey, uma criança de seis anos encontrada morta em sua própria casa em 1996, é um caso que continua a chocar o mundo pela brutalidade e mistério. Embora o homicídio nunca tenha sido solucionado, as investigações revelaram indícios de abuso infantil que levantaram questões sobre a exploração de crianças no meio midiático. JonBenét era uma jovem estrela de concursos de beleza, exposta a um público vasto e, potencialmente, a indivíduos com intenções criminosas.

Documentários e séries, como *Casting JonBenét* (Netflix, 2017) e *Caso Arquivado: Quem Matou JonBenét Ramsey?* (Netflix, 2024), abordam a pressão e os perigos enfrentados por crianças expostas a uma vida pública desde cedo, muito embora o caso tenha ocorrido antes da ascensão das redes sociais, ele ilustra os riscos que a visibilidade exacerbada pode trazer para crianças vulneráveis.

Outro caso amplamente discutido envolve abusos sexuais em estúdios de entretenimento infantil, como os denunciados no documentário da HBO Max *The Children of Hollywood*. A produção aborda os abusos enfrentados por crianças vinculadas a redes como Nickelodeon e Disney, expondo como ambientes que deveriam ser protegidos tornaram-se espaços de exploração.

Crianças artistas frequentemente enfrentam dinâmicas de poder desequilibradas, nas quais figuras de autoridade, como produtores e diretores, se aproveitam de sua posição para cometer abusos. A falta de regulamentação eficaz e a cultura de silêncio nesses ambientes contribuíram para a perpetuação dos crimes. O documentário apresenta relatos de vítimas e investiga como a indústria do entretenimento infantil tem falhado em proteger seus jovens talentos.

No ambiente digital, as redes sociais têm desempenhado um papel duplo em casos de pedofilia. Por um lado, oferecem plataformas para conscientização e denúncia, por outro, facilitam o acesso de criminosos a crianças e adolescentes.

Operações como "Luz na Infância", conduzidas pela Polícia Federal no Brasil, revelaram redes de pornografia infantil que utilizavam plataformas como Facebook, WhatsApp e Instagram para compartilhar conteúdo ilícito. Segundo o relatório da SaferNet Brasil, 72% das denúncias de crimes contra crianças na internet estão relacionadas ao uso de redes sociais para aliciamento e disseminação de conteúdo abusivo. Essa realidade ilustra como as plataformas digitais, sem regulação adequada, podem se tornar ambientes inseguros para menores (Safernet Brasil, 2023).

Psicólogos e especialistas têm estudado o impacto psicológico das redes sociais em crianças e adolescentes vítimas de exploração. Helen Whittle afirma em *The Child Sex Offender Online*, que o anonimato oferecido pelas plataformas digitais cria um terreno fértil para ofensores se aproximarem de suas vítimas. A autora destaca que, além do trauma imediato causado pelo abuso, a disseminação de imagens íntimas na internet perpetua o sofrimento das vítimas, que muitas vezes enfrentam vergonha, isolamento e dificuldades em superar o trauma.

Ainda, destaca-se o pensamento de Julia Davidson, em *Child Sexual Exploitation Online*, que observou como as crianças têm dificuldades em identificar comportamentos inadequados online, o que as torna alvos fáceis para predadores. A autora sugere que a educação digital deve ser uma prioridade tanto para pais quanto para crianças, a fim de minimizar os riscos associados ao uso da tecnologia (Davidson, 2020).

Documentos vazados por Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook (Meta), revelaram que a empresa negligenciava a moderação de conteúdos relacionados ao abuso infantil para priorizar o crescimento de sua base de usuários.

Essa denúncia, conhecida como "Facebook Papers", exemplifica como o lucro corporativo muitas vezes se sobrepõe à segurança das crianças, e esses casos têm impulsionado

debates globais sobre a regulamentação das redes sociais e a responsabilização das empresas de tecnologia.

No contexto legislativo, a proteção das crianças é reforçada por leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que criminaliza a produção, distribuição e consumo de conteúdo pornográfico infantil, entretanto, a aplicação dessas leis enfrenta barreiras no ambiente digital, devido à natureza global das plataformas e à falta de colaboração internacional para combater crimes cibernéticos. Segundo o UNICEF (2022), apenas 30% das denúncias de exploração infantil online resultam em ações concretas contra os infratores (Unicef, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedofilia, enquanto fenômeno complexo e multifatorial, demanda uma abordagem que integre os saberes da psicologia, criminologia, direito, neurociência e sociologia, e ao longo deste estudo, foi possível compreender que o transtorno pedofílico, embora muitas vezes confundido com a prática criminosa do abuso sexual infantil, é uma condição clínica com raízes profundas que envolvem diversos fatores, sendo esses: biológicos, psicológicos, sociais e culturais. A distinção entre atração e ação criminosa se mostrou essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção, intervenção e tratamento.

3882

A investigação das origens históricas, culturais e médicas da pedofilia revelou não apenas a existência de práticas socialmente toleradas em épocas passadas, mas também a evolução normativa e legislativa que passou a tratar a exploração sexual infantil como crime hediondo, especialmente com a consolidação de dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o artigo 217-A do Código Penal.

No entanto, mesmo com tais avanços, os desafios persistem diante de uma realidade em que a romantização e a banalização da sexualização infantil nas redes sociais ameaçam o bem-estar e a segurança de crianças e adolescentes.

O estudo também destacou a relevância dos estudos neurocientíficos, que apontam para alterações estruturais e funcionais no cérebro de indivíduos diagnosticados com o transtorno pedofílico. Tais descobertas reforçam a necessidade de uma abordagem terapêutica baseada em evidências, que considere não apenas o tratamento dos sintomas, mas também o suporte ético e social a indivíduos que reconhecem seus impulsos e desejam ajuda, evitando, assim, que se tornem ofensores.

Por fim, a análise dos impactos sociais e midiáticos do tema demonstrou que os meios de comunicação e as plataformas digitais exercem influência direta tanto na perpetuação quanto na denúncia do abuso sexual infantil. Casos emblemáticos, documentários e investigações jornalísticas têm desempenhado um papel fundamental na sensibilização da sociedade, mas também evidenciam a negligência institucional e corporativa frente à segurança de menores.

Diante disso, conclui-se que o enfrentamento à pedofilia exige não apenas o rigor punitivo do sistema de justiça, mas também o fortalecimento das políticas públicas de prevenção, educação digital, proteção às vítimas e reabilitação dos indivíduos diagnosticados. Somente por meio de uma articulação integrada entre ciência, sociedade civil e Estado será possível garantir a defesa dos direitos das crianças e adolescentes e construir uma cultura de proteção e respeito à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BLANCHARD, Ray et al. **Pedophilia: Biology and Behavior**. Archives of Sexual Behavior, 2009.

3883

BURNS, J. M.; SWERDLOW, R. H. **Right orbitofrontal tumor with pedophilia symptom and constructional apraxia sign**. Archives of Neurology, 2003.

CANTOR, James M. et al. **White matter deficiencies in pedophiles: A pilot study**. Journal of Psychiatric Research, 2008.

Documentário. **Caso Arquivado: Quem Matou Jonbenét Ramsey?**. Minissérie. Netflix, 2024.

Documentário. **Casting Jonbenét**. Direção: Kitty Green. Netflix, 2017.

COHEN, L. J.; GALYNKER, I. I. **Clinical features of pedophilia and implications for treatment**. Journal of Psychiatric Practice, v. 8, n. 5, p. 276-289, 2002.

DAVIDSON, Julia. **Child Sexual Exploitation Online**. New York: Routledge, 2020.

Documentário **Childhood 2.0**. 2020. Disponível em plataformas de streaming.

Documentário I, **Pedophile**. 2016. Disponível em plataformas de streaming.

Documentário **The Children of Hollywood**. HBO Max, 2023.

DUBY, Georges. **Medieval Marriage: Two Models from Twelfth-Century France**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**.

Filme **The Woodsman**. 2004. Direção: Nicole Kassell.

FINKELHOR, David. **Child Sexual Abuse Perpetrators: Review and Research Findings**. American Journal of Psychiatry, 2019.

FINKELHOR, David. **Childhood Victimization**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FREUND, K.; WATSON, R. J. **The proportions of heterosexual and homosexual pedophiles among sex offenders against children: An exploratory study**. Journal of Sex & Marital Therapy, v. 18, n. 1, p. 34-43, 1992.

GAVIN, Helen. **Criminological and Forensic Psychology**. London: SAGE Publications, 2020.

GILLESPIE, Alisdair et al. **Online child abuse: Psychological impacts and prevention strategies**. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 2021.

HALL, R. C.; HALL, R. C. W. **A profile of pedophilia: Definition, characteristics of offenders, recidivism, treatment outcomes, and forensic issues**. Mayo Clinic Proceedings, v. 82, n. 4, p. 457-471, 2007.

HARTMAN, Lars. **Exploring Extreme Paraphilias: Profiles and Case Studies**. London: Routledge, 2016.

3884

HAUGEN, Frances. **Facebook Papers: The Truth Behind Neglect**. New York Times, 2021.

KAFKA, Martin. **The Paraphilias: Changing Suits in the DSM-5**. New York: Elsevier, 2014.

KATZ, Jonathan. **A História do Sexo e da Sexualidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Operação Luz na Infância. **Relatório da Polícia Federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2023.

POEPPL, T. B. et al. **Functional imaging of pedophilia: A review**. Behavioral Sciences & the Law, 2013.

RYAN, Glenn; LANE, Michelle. **Childhood Trauma and Adult Behavioral Disorders: Pathways and Interventions**. Clinical Psychology Review, 2018.

SAFERNET BRASIL. **Cartilha sobre Crimes Cibernéticos Contra Crianças**. Disponível em: <https://www.safernet.org.br>. Acesso em: 28/11/2024.

SAFERNET BRASIL. **Relatório de Crimes Cibernéticos 2023**. Disponível em: <https://www.safernet.org.br>. Acesso em: 15/11/2024.

SCHIFFER, B. et al. **Brain response to visual sexual stimuli in pedophiles.** Journal of Psychiatric Research, 2007.

SETO, Michael. **Pedophilia and Sexual Offending Against Children.** Washington, DC: American Psychological Association, 2021.

UNICEF. **Relatório sobre Exploração Infantil Online.** Genebra: UNICEF, 2022.

WHITTLE, Helen. **The Child Sex Offender Online: An Analysis of Patterns and Prevention.** London: Routledge, 2018.